



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
Esplanda dos Ministérios, Bloco J, Brasília/DF, CEP 70053900
Telefone: (61) 2027-7000 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mdic.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 52007.100770/2018-22

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina e diesel), de forma parcelada, visando atender as necessidades de abastecimento dos veículos automotores oficiais, pertencentes ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Mdic.

COMBUSTÍVEL	Frota/Período	Consumo Médio Mensal (Frota) - LITROS	Consumo Médio Anual (Frota) - LITROS	Preço - ANP Mensal (Novembro)	Valor Total
Gasolina	4 veículos/ 17 meses	995,828 L	11.949,936	R\$ 4,819	R\$57.586,74
Diesel	1 veículo/ 17 meses	79,350 L	952,200	R\$ 3,967	R\$3.777,38
Valor Total Estimado					R\$ 61.364,12

Os valores estimados estão de acordo com o levantamento dos gastos da área técnica.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Dentro das novas diretrizes normativas editadas pelo Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018, Art. 3º, parágrafo V, compreende que a utilização de veículos de representação passou a ser exclusiva pelos ocupantes de cargos de natureza especial ou pelas autoridades de que trata o parágrafo único do Art. 5º da Lei nº 9.986 de 18 de julho de 2000.

2.2. O objeto abrange o deslocamento de autoridades no âmbito do Distrito Federal e nas Regiões Políticas do Brasil, dando continuidade aos serviços essenciais e à melhoria contínua da segurança e da integridade física das autoridades deste Ministério.

2.3. Este Ministério possui 5 (cinco) veículos oficiais para o atendimento de suas autoridades, sendo 4 (quatro) veículos executivos/sedans e 1 (uma) van. O fornecimento de combustível atenderá às necessidades de abastecimento dos veículos abaixo descritos:

Item	Placa	Marca/Modelo	Combustível
1	JJL 1559	FORD/FUSION	GASOLINA
2	JJL 1569	FORD/FUSION	GASOLINA
3	JKO 8911	RENAULT/FLUENCE	GASOLINA
4	JKO 8921	RENAULT/FLUENCE	GASOLINA
5	JKK 4838	FIAT/DUCATO	DIESEL

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do §1º do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, na medida em que não envolvem a tomada de decisão ou posicionamento institucional, não são considerados estratégicos, não estão relacionados ao poder de polícia e não são inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. Aplica-se a seguinte legislação a este Contrato, especialmente aos casos omissos:

- a) Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 9.784/1999;
- b) Instrução Normativa nº 01 - SLTI, de 19 de janeiro de 2010;

- c) ABNT NBR 13783 e NBR 15512;
- d) Instrução Normativa nº 04/2013/SLTI-MPOG;
- e) Resolução CONAMA nº 07/12/1994;
- f) Decreto nº 5.450/2005 - Regulamentação do Pregão Eletrônico,
- g) Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. O fornecimento deverá ser realizado de acordo com a necessidade de abastecimento da frota de veículos do MDIC, nos estabelecimentos indicados pela Contratada.
- 4.2. No início do contrato, a listagem de placas é encaminhada a contratada, sendo estabelecido que somente os veículos de propriedade deste Ministério podem ser abastecidos com a apresentação da Requisição de abastecimento.
- 4.3. O controle de abastecimento deverá ser realizado por meio da utilização de requisições de abastecimento de veículos numeradas, em 2 (duas) vias, fornecidas pela contratada.
- 4.4. As requisições servirão exclusivamente para a aquisição de combustível nos postos de abastecimento credenciados, sendo de responsabilidade da contratada o controle dessa finalidade;
- 4.5. O fornecimento será realizado mediante a apresentação da requisição e apresentação de documento de identificação do motorista autorizado;
- 4.6. O abastecimento somente será liberado com a requisição com assinatura do servidor autorizado.
- 4.7. A cada abastecimento deverá, obrigatoriamente, haver a emissão de Cupom/Nota Fiscal que comprove o fornecimento;
- 4.8. A Contratada deverá dispor de sistema de controle de abastecimento, de modo que somente os veículos autorizados por este Ministério sejam atendidos por este contrato.
- 4.9. A lista de veículos autorizados é a constante do item 2.3 deste Termo de Referência, podendo haver alteração pela Contratante, desde que previamente comunicado.
- 4.10. O combustível será fornecido, por posto de abastecimento da Contratada, que deverá estar situado num raio não superior a 10 km da Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Edifício Sede do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em Brasília-DF;
- 4.11. A empresa deverá indicar os endereços de localização dos seus postos de abastecimento, orientando seus empregados sobre a forma do fornecimento de combustíveis aos veículos do Ministério.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O fornecimento de combustível atenderá à previsão abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÉDIA MENSAL (LITROS/FROTA)	QUANTIDADE MÉDIA ANUAL (LITROS/FROTA)
1	Gasolina comum , obedecendo rigorosamente às normas técnicas da ABNT/NBR 14954/2011, que determina a aparência de combustível destilado; à Resolução da ANP de nº 9, de 07/03/2007, que estabelece regras para o controle de qualidade do combustível automotivo, e demais normas correlatas.	995,828 litros	11.949,936 litros
2	Diesel S-10 , obedecendo rigorosamente às normas técnicas da ANP nº 50, de 23/12/2013, que regulamenta as especificações do óleo diesel de uso rodoviário e à Resolução da ANP de nº 9, de 07/03/2007, que estabelece regras para o controle de qualidade do combustível automotivo, e demais normas correlatas.	79,350 litros	952,200 litros

* Não existe a garantia de consumo total dos quantitativos indicados no quadro, os gastos são sob demanda de atendimentos.

- 5.2. A quantidade média mensal prevista para o **consumo de gasolina**, item 1, foi estabelecida a partir do consumo médio real da frota de veículos, entre janeiro de 2017 a maio de 2018, período em que todos os veículos estavam em atividade, projetado para o período de doze meses. À média mensal, foi acrescida de um percentual de 25% (vinte e cinco por cento), como margem de segurança, com ajuste de modo a não haver frações de litros, conforme Anexo I

5.3. A quantidade média mensal prevista para o **consumo de diesel**, item 2, foi estabelecida a partir do consumo médio real, entre janeiro de 2017 a maio de 2018, período em que o veículo Fiat/Ducato foi usado de forma efetiva, cumprindo a escala atual. Valor projetado para o período de doze meses e para as atividades programadas para o veículo, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento) como margem de segurança e ajustada de modo a não haver frações de litros, conforme Anexo I SEI 0452645 deste Termo de Referência.

5.4. Não garantimos o consumo total dos quantitativos indicados no quadro, os gastos são sob demanda de atendimentos.

5.5. O custo dos combustíveis será apurado, **aplicando-se o percentual de desconto** proposto pela empresa sobre o menor valor, na comparação entre o preço apresentado na bomba e o PREÇO MÉDIO de cada combustível, previsto nas tabelas de preços semanais da ANP referente ao Distrito Federal, vigentes na data de cada abastecimento.

COMBUSTÍVEL	Percentual de desconto sobre o menor valor entre o preço da bomba e preço médio semanal da tabela ANP
Gasolina Comum	*%
Óleo Diesel S10	*%

**O percentual de desconto será fixado por contrato.*

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.2. No início do contrato, a listagem de placas é encaminhada a contratada, sendo estabelecido que somente os veículos de propriedade deste Ministério podem ser abastecidos com a apresentação da Requisição de abastecimento.

6.3. O controle de abastecimento deverá ser realizado por meio da utilização de requisições de abastecimento de veículos numeradas, fornecidas pela contratada, que apresentará data, identificações do usuário e do veículo abastecido, quantidade de litros .

6.4. Poderá ser liberado para abastecimento somente com assinatura do servidor autorizado.

6.5. A cada abastecimento deverá, obrigatoriamente, haver a emissão de Cupom/Nota Fiscal que comprove o fornecimento;

6.6. Após o abastecimento, motorista devolverá a 2ª via da requisição junto com o cupom fiscal, a área técnica para comprovação do quantitativo a ser faturado pela Contratada.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A empresa a ser contratada deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa de direito público ou privado, que comprove a aptidão da LICITANTE para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nos termos do Artigo 30, da Lei 8.666 de 1993.

7.2. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. A qualidade dos combustíveis fornecidos pelos postos de revenda é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, fornecendo somente combustíveis que se enquadrem nas especificações da ANP - Agência Nacional do Petróleo ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato.

7.4. O combustível será fornecido, por posto de abastecimento da Contratada, que deverá estar situado num raio não superior a 10 km da Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Edifício Sede do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em Brasília-DF;

7.5. O custo dos combustíveis será apurado, **aplicando-se o percentual de desconto** proposto pela empresa sobre o menor valor, na comparação entre o preço apresentado na bomba e o PREÇO MÉDIO de cada combustível, previsto nas tabelas de preços semanais da ANP referente ao

Distrito Federal, vigentes na data de cada abastecimento.

7.6. Não credenciar e/ou descredenciar os postos de abastecimento de combustíveis que estejam penalizados pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA e CONAMA.

7.7. Apresentar certificado de originalidade do combustível e Formulário de Registro de Análise de Qualidade, conforme a Resolução nº 9/2017 - ANP, Art. 3º:

§ 1º Os resultados das análises da qualidade deverão ser reportados em formulário denominado "Registro de Análise da Qualidade" cujo modelo consta do Regulamento Técnico.

§ 2º O Revendedor Varejista poderá não efetuar a análise dos combustíveis recebidos. Dessa forma, o Registro de Análise da Qualidade deverá, obrigatoriamente, ser preenchido com os dados enviados pelo Distribuidor, assumindo o Revendedor Varejista a responsabilidade dos dados da qualidade do produto informados pelo Distribuidor.

§ 3º No caso de recebimento de gasolina em que o Revendedor Varejista tenha optado pela não realização da análise, conforme disposto no parágrafo anterior, este deverá solicitar que o Distribuidor informe o teor de álcool etílico anidro combustível - AEAC contido na gasolina de modo que possa ser transcrito no Registro de Análise da Qualidade.

§ 4º Os Registros de Análise da Qualidade correspondentes ao recebimento de combustível dos últimos 6 (seis) meses deverão ser, obrigatoriamente, mantidos nas dependências do Posto Revendedor.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, tomando-se por base os valores constantes no Contrato e os quantitativos físicos efetivamente realizados e atestados pelo gestor do contrato.

8.2. A contratada deverá apresentar fatura/nota fiscal de serviços mensalmente, acompanhada do demonstrativo (relatório analítico) detalhado do consumo realizado no período, valores de referência e valores unitário e total.

8.3. O relatório citado no item 8.2 deverá conter, no mínimo, campos para informações: data e hora do abastecimento, número da requisição, nome do usuário e do veículo abastecido, placa, quilometragem registrada em seu odômetro, quantidade fornecida, valor unitário e total, descrição do combustível fornecido;

8.4. As 1ª vias das Requisições de Fornecimento de Combustível deverão igualmente ser apresentadas, para fins de controle e comprovação do quantitativo faturado.

8.5. A fatura/nota fiscal deverá ser entregue pela empresa ao MDIC com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de seu vencimento.

8.6. O preço mensal a ser pago será obtido através da soma dos valores semanais devidos nos termos da planilha abaixo, obtidos através da multiplicação do total de litros de combustível fornecidos na semana pelo preço semanal, obtido após a aplicação do desconto percentual previsto no item 5.5.

A	SEMANA					
	Dias do mês (____):	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
		01 a ____	____ a ____	____ a ____	____ a ____	____ a ____
B	PREÇO MEDIO ANP (Combustível: _____)					
C	Desconto/Acréscimo (R\$)					
D	Preço por litro (B – C)					
E	Litros Consumidos					
F	Valor semanal devido:					
	(D x E)	F1	F2	F3	F4	F5

VALOR TOTAL MENSAL DEVIDO = F1 + F2 + F3 + F4 + F5

8.7. O pagamento dos serviços efetivamente realizados a cada período de 30 (trinta) dias será efetuado mensalmente pelo MDIC, em até 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, desde que esteja acompanhada dos comprovantes necessários relativos às obrigações legais, e esteja atestada, ressaltando que será efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento, conforme determina a legislação vigente.

8.8. A primeira Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As Notas Fiscais/Faturas subsequentes

terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

8.9. O gestor/fiscal terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da nota fiscal/Fatura, para analisá-la, atestá-la e encaminhá-la para pagamento, ou devolvê-la à prestadora de serviços para correção de possíveis falhas.

8.10. Ocorrendo nova apresentação da nota fiscal, por falhas e erros do Fornecedor, serão contados novamente, a partir de então, os prazos para atesto e pagamento.

8.11. Não será admitido o pagamento antecipado sob nenhum pretexto.

8.12. O pagamento de cada parcela será creditado em conta corrente do Fornecedor, por meio da Ordem Bancária.

8.13. O fornecedor deverá informar ao Mdic a instituição bancária a ser utilizada para pagamento, com nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.14. Ocorrendo nova apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por falhas e erros da CONTRATADA, serão contados novamente, a partir de então, os prazos para atesto e pagamento.

8.15. O adimplemento da obrigação contratual dar-se-á com a comprovação efetiva da prestação dos serviços e das obrigações dela decorrentes.

8.16. Para efeitos de pagamento, a nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada dos documentos consignados no artigo 29 da Lei nº 8.666/93.

8.17. Por força do Acórdão nº 1214/2013 – TCU – Plenário, o MDIC, por meio de seu gestor, poderá exigir, por ocasião do pagamento, as comprovações elencadas no artigo 34, § 5º, inciso I, e no Anexo XI da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações.

8.18. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Fornecedor dará ensejo ao cancelamento à aplicação de sanções administrativas.

8.19. O Órgão Gerenciador poderá conceder o prazo de 10 (dez) dias úteis para que o Fornecedor regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

8.20. Previamente a cada pagamento, o MDIC juntará aos autos o extrato de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; a Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas; e o extrato de consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados.

8.21. Constatada a situação de irregularidade do Fornecedor junto ao SICAF, a mesma será notificada, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, regularize sua situação, de acordo com as condições constantes da IN 04/2013/SLTI-MPOG de 15/10/2013.

8.22. Ocorrendo atraso de pagamento, provocado exclusivamente pelo MDIC, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e a sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VP = Valor da parcela a ser paga.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$\frac{I = (TX)}{365} \quad \frac{I = (6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Taxa Percentual da taxa anual = 6%

8.23. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8.24. Poderá ocorrer retenção ou glosa no pagamento, conforme preceitua o parágrafo Anexo XI da IN 05/2017-SEGES/MP, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

8.24.1. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades ajustadas; ou

8.24.2. Deixar de utilizar recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los

com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.25. O MDIC se reserva ao direito de não proceder ao pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações dispostas neste TERMO DE REFERÊNCIA, desde que o fato tenha sido detectado pela fiscalização e comunicado à prestadora de serviço.

8.26. O MDIC se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal/fatura estiverem em desacordo com os dados do Fornecedor vencedor do certame licitatório, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, na proposta e no Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Fornecer Talonário de Abastecimento (“Requisições de Fornecimento de Combustível”), numerado, em 02 (duas) vias, objetivando a solicitação e o controle do fornecimento, devendo constar campo apropriado para o registro dos seguintes dados: data, marca/ modelo do veículo, placa, quantidade de combustível, valor, nome do condutor do veículo, quilometragem e espaço para o nome e a assinatura do servidor autorizado, para efetuar o abastecimento.

9.3. Fornecer unicamente combustíveis que se enquadrem nas especificações da ANP – Agência Nacional do Petróleo ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato.

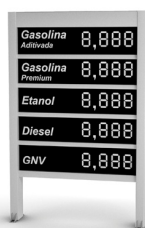
9.4. Não fornecer combustíveis adulterados, caso for comprovado que os danos do veículo foi causado pelo adulteração, conforme o Código do Consumidor, a empresa deverá reembolsar todos os danos materiais causados, e de acordo com a Lei 8.176/91 de 08 de fevereiro de 1991, Art. 1, Inciso I e II, é considerado crime a ordem econômica.

9.5. Os combustíveis comercializados no Brasil devem corresponder à especificação físico-química determinada pela ANP. Sempre buscando garantir essa conformidade, a ANP faz a sua fiscalização. Vale saber que nem sempre um combustível fora da especificação é resultado de adulteração: algumas circunstâncias não proposital, como armazenamento inadequado, podem afetar a composição de um combustível – o que, muitas vezes não chega a prejudicar o consumidor, conforme site <http://www.anp.gov.br/consumidor/voce-no-posto-de-combustivel>

9.5.1. Obrigações do posto revendedor em relação ao consumidor:

a) O posto é obrigado a emitir nota fiscal. Exija e guarde a sua. A nota fiscal é o documento que comprova a sua compra em determinado posto.

b) O posto é obrigado a exibir os preços dos combustíveis bem visíveis em painel logo na entrada, dia e noite. O preço de um combustível exibido no painel deve ser igual ao cobrado na bomba. Fique atento às falsas promoções.



c) O posto deve informar claramente de qual empresa vêm os produtos que vende. Postos de bandeira branca (sem distribuidora exclusiva) devem informar – em cada bomba – qual distribuidora forneceu o combustível. Esta informação pode ajudar no rastreamento de eventuais irregularidades.

d) Quando a gasolina, o etanol ou o diesel forem aditivados, o posto deve expor claramente esta informação na bomba de combustível.

e) Postos devem manter em dia a aferição e a certificação de todos os equipamentos medidores (bomba medidora para combustíveis líquidos ou dispenser para GNV). A aferição e a certificação devem ser feitas pelo Inmetro ou por instituição por ele credenciada.



f) Para ajudar os consumidores a coletarem essas informações, a ANP exige que o posto aplique nas bombas abastecedoras adesivo impresso com número de CNPJ, razão social e endereço.

9.5.2. **Fique atento às casas decimais na hora de pagar**

a) Ao abastecer o veículo, o consumidor deve prestar atenção no valor final a pagar. A ANP estabelece que o preço dos combustíveis seja registrado nas bombas medidoras com três casas decimais. No entanto, o valor total a pagar só pode ser cobrado com duas casas decimais. Por exemplo:

Valor do litro do Combustível no mostrador da bomba abastecedora no posto
revendedor:

R\$ 2,899 por litro

Compra de 25,21 litros de Combustível

Valor a ser pago: R\$ 2,899 x 25,21 litros = R\$ 73,08379



Valor a ser pago pelo consumidor que aparece na bomba abastecedora: R\$ 73,08

b) De acordo com a Resolução ANP nº41/2013, “os preços por litro de todos os combustíveis comercializados deverão ser expressos com 3 (três) casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras. Na compra feita pelo consumidor, o valor total a ser pago resultará da multiplicação do preço por litro de combustível pelo volume total de litros adquiridos, considerando-se apenas 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais”.

9.5.3. O custo dos combustíveis será apurado, **aplicando-se o percentual de desconto** proposto pela empresa sobre o menor valor, na comparação entre o preço apresentado na bomba e o PREÇO MÉDIO de cada combustível, previsto nas tabelas de preços semanais da ANP referente ao Distrito Federal, vigentes na data de cada abastecimento.

9.5.4. **Teste que o consumidor pode solicitar (e o posto é obrigado a fazer)**

9.5.4.1. Postos de combustíveis são obrigados a manter no estabelecimento, em perfeitas condições de uso, os equipamentos que testam qualidade e quantidade dos produtos. E, caso o consumidor solicite, não podem recusar-se a fazer os testes abaixo.

a) Teste da Proveta: se suspeitar da qualidade de uma gasolina, você pode e deve solicitar que se faça, na hora, o teste da proveta, que mede a porcentagem de etanol anidro misturado à gasolina. O percentual deve ser de 27%. O teste de teor de etanol presente na gasolina é feito com solução aquosa de cloreto de sódio (NaCl) na concentração de 10% p/v, isto é, 100g de sal para cada 1 litro de água.

b) Teste de volume: caso suspeite estar levando menos combustível do que comprou (fraude conhecida como “bomba baixa”), exija que o posto faça o teste na sua frente, usando a medida padrão de 20 litros aferida e lacrada pelo Inmetro. Se o visor da

bomba registrar quantidade diferente da que foi adicionada ao recipiente de teste, reclame e denuncie. A diferença máxima permitida é de 100 ml para mais ou para menos.

c) Teor alcoólico do etanol: o produto deve ter entre 92,5% e 95,4% (etanol premium deve ter entre 95,5% e 97,7%). Para este teste, o equipamento é o termodensímetro, que deve estar fixado nas bombas de etanol. Observe o nível indicado pela linha vermelha, que precisa estar no centro do densímetro – não pode estar acima da linha do etanol. Observe também se o etanol está límpido, isento de impurezas e sem coloração alaranjada. Caso constate uma situação diferente, entre em contato com a ANP pelo Centro de Relações com o Consumidor (CRC).



9.5.5. **O que o posto não pode**

- a) Fazer “venda casada”, proibida por lei, ou seja, impor que você só possa comprar combustível junto com outro produto ou serviço.
- b) Limitar a quantidade de combustível que vende a cada cliente.
- c) Recusar a realização de testes previstos na legislação, quando solicitados pelo consumidor (teste de volume, teste de proveta, teste de volume).
- d) Deixar de emitir a nota fiscal imediatamente à compra.

10. **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, que terá seu extrato publicado na imprensa oficial, podendo, a critério do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

11. **DA VISTORIA**

11.1. Não há necessidade de vistoria, o abastecimento será realizado no Posto de Gasolina.

12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços citados nos itens 4, 6, 8 e procedimentos detalhados, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas como: data do abastecimento, quantidade de litros, o valor por litro e o total pago no abastecimento, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.

13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.3. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

13.4. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de

representante ou preposto, para tratar com o Contratante, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato.

13.5. A qualidade dos combustíveis fornecidos pelos postos de revenda é de inteira responsabilidade da Contratada, fornecendo unicamente combustíveis que se enquadrem nas especificações da ANP – Agência Nacional do Petróleo ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato.

13.6. Os combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição e a presença de outras substâncias, em percentuais além dos permitidos em sua composição.

13.7. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do momento da formalização da recusa pela Contratante.

13.8. Caso houver danos no veículo comprovado que o combustível estava fora dos padrões, conforme o Código do Consumidor, a empresa deverá reembolsar todos os danos materiais causados, e de acordo com a Lei 8.176/91 de 08 de fevereiro de 1991, Art. 1, Inciso I e II, é considerado crime a ordem econômica.

13.9. Executar o fornecimento por intermédio de empregados especializados, estando ciente das normas técnicas de segurança que regem o manejo dos equipamentos no fornecimento de combustíveis.

13.10. Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção contra incêndios, e recomendações das leis vigentes, no momento da transferência do combustível das bombas para o tanque dos veículos.

13.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que por ele forem solicitados, cujas reclamações referentes à execução contratual se obriga prontamente a atender.

13.12. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.13. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do MDIC, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

13.14. A ausência ou omissão da fiscalização do MDIC não eximirá a contratada das responsabilidades previstas neste Contrato.

13.15. Fornecer Talonário de Abastecimento (“Requisições de Fornecimento de Combustível”), numerado, em 02 (duas) vias, objetivando a solicitação e o controle do fornecimento, devendo constar campo apropriado para o registro dos seguintes dados: data, marca/ modelo do veículo, placa, quantidade de combustível, valor, nome do condutor do veículo, quilometragem e espaço para o nome e a assinatura do servidor autorizado, para efetuar o abastecimento.

13.16. Disponibilizar ao Contratante, ao término do contrato, na emissão da última fatura, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado.

13.17. Arcar com qualquer prejuízo causado aos veículos do Ministério ou a terceiros por seus empregados ou preposto, decorrentes do fornecimento dos produtos por culpa ou dolo, indenizando os danos motivados.

13.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

16.5. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.6. O fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.9. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.10. O fiscal, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.11. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.12. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato no momento da apresentação da segunda via da requisição de combustível pelo motorista, juntamente com o cupom fiscal, imediatamente após o abastecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

17.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.3. Os serviços serão recebidos definitivamente quando for apresentada a Nota Fiscal mensal do fornecimento, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.3.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico ou servidor designado do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato, após apresentação e conferência de relatório analítico, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários, conforme itens 8.3, 8.19, 8.20 e 8.21 deste Termo de Referência.

17.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, após emissão da Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato verificável a partir das requisições de consumo que ficam sob posse da empresa (1ª via) e do Ministério (2ª via).

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DA GARANTIA DO SERVIÇO EXECUTADO

18.1. A licitante vencedora deverá garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos pela sua rede credenciada, conforme especificações exigidas pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, durante toda a vigência do contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

19.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.4. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. ANEXOS

20.1. ANEXO I - Consumo Real 2017-2018 - SEI 0454078

20.2. ANEXO II - Estimativa de Preços - SEI 0454088

20.3. ANEXO III - Resumo ANP - Gasolina/Diesel S10 - Novembro/2018 - SEI 0454089



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CLAUDIO ROSAS RAMOS, Gestor(a) de Contrato**, em 06/12/2018, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador **0470117** e o código CRC **18525175**.

ANEXO I - CONSUMO REAL 2017-2018

	CONSUMO REAL 2017-2018																	
Combustíveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	TOTAL
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	LITROS
Diesel	118,874	71,246	111,890	45,654	114,680	43,094	75,231	60,694	24,402	43,819	116,524	39,294	34,294	29,108	29,740	55,742	64,881	1.079,167
Gasolina	661,980	669,703	933,714	667,195	814,973	638,600	775,411	1262,371	883,083	1048,550	1067,740	851,061	920,327	694,750	777,505	417,309	458,992	13.543,264

	ESTIMATIVA PARA 2019			
Combustíveis	Consumo 2017-2018	Litros Médio Mensal 17 meses	Consumo Médio Mensal + 25%	Consumo Médio Anual p/ (12 meses)
Diesel	1.079,167	63,480	79,350	952,200
Gasolina	13.543,264	796,663	995,828	11.949,936

Observações:

1-: O consumo médio mensal de gasolina, está baseado na soma dos abastecimentos realizados entre janeiro de 2017 à maio de 2018, totalizando 13.543,264 litros e dividido pelo número de meses, ficando 796,663 litros. A média mensal, foi acrescida um percentual de 25%, concluindo 995,828 litros mensal, como margem de segurança, com ajuste e modo a não haver frações de litros, conforme Termo de Referência.

2-: O consumo médio mensal de diesel, está baseado na soma dos abastecimentos realizados entre janeiro de 2017 à maio de 2018, totalizando 1.079,167 litros e dividido pelo número de meses, ficando 63,480 litros. A média mensal, foi acrescida um percentual de 25%, concluindo 79,350 litros mensal, como margem de segurança, com ajuste e modo a não haver frações de litros, conforme Termo de Referência.

3-: O consumo de gasolina está estimado para frota de 4 (quatro) veículos.

4-: Não existe a garantia de consumo total dos quantitativos de litros indicados no quadro, os gastos são sob demanda de atendimentos.

ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS

COMBUSTÍVEL	MÉDIA DE CONSUMO MENSAL					
	CONDIÇÕES ESTIMADAS					
	Frota/Período	Quantidade Média Mensal (Frota) - LITROS	Quantidade Média Anual (Frota) - LITROS	(PREÇO MÉDIO) ao Consumidor ANP	Percentual de Desconto	Valor Estimado p/ 12 meses
Gasolina comum , obedecendo rigorosamente às normas técnicas da ABNT/NBR 14954/2011, que determina a aparência de combustível destilado; à Resolução da ANP de nº 9, de 07/03/2007, que estabelece regras para o controle de qualidade do combustível automotivo, e demais nsormas correlatas.	4 veículos/ 17 meses	995,828 L	11.949,936	R\$ 4,819	*0%	R\$ 57.586,741
Diesel S-10 , obedecendo rigorosamente às normas técnicas da ANP nº 50, de 23/12/2013, que regulamenta as especificações do óleo diesel de uso rodoviário e à Resolução da ANP de nº 9, de 07/03/2007, que estabelece regras para o controle de qualidade do combustível automotivo, e demais nsormas correlatas.	1 veículo/ 17 meses	79,350 L	952,200	R\$ 3,967	*0%	R\$ 3.777,377
Valor Total Estimado						R\$ 61.364,12
Observações: 1-: O consumo médio mensal de gasolina, está baseado na soma dos abastecimentos realizados entre janeiro de 2017 à maio de 2018, totalizando 13.543,264 litros e dividido pelo número de meses, ficando 796,663 litros mensal para a frota. A média mensal, foi acrescida um percentual de 25%, concluindo 995,828 litros mensal, como margem de segurança, com ajuste e modo a não haver frações de litros, conforme Termo de Referência. 2-: O consumo médio mensal de diesel, está baseado na soma dos abastecimentos realizados entre janeiro de 2017 à maio de 2018, totalizando 1.079,167 litros e dividido pelo número de meses, ficando 63,480 litros. A média mensal, foi acrescida um percentual de 25%, concluindo 79,350 litros mensal, como margem de segurança, com ajuste e modo a não haver frações de litros, conforme Termo de Referência. 3-: O custo do combustível é obtido através da multiplicação do total de litros com o Preço Médio, previsto nas tabelas de preços mensal da ANP, referente ao Distrito Federal. 4-: Após o cálculo da tabela de preços mensais da ANP, aplica o percentual de desconto proposto pela empresa sobre o menor valor. 3-: O consumo de gasolina está estimado para frota de 4 (quatro) veículos. 4-: Não existe a garantia de consumo total dos quantitativos de litros indicados no quadro, os gastos são sob demanda de atendimentos.						



Você está em »

Síntese dos Preços Praticados - DISTRITO FEDERAL

RESUMO II - Gasolina R\$/l

Período : 2018 - Novembro

DADOS MUNICÍPIO

município	nº de postos pesquisados	preço médio	Preço ao Consumidor				margem média	preço médio	Preço Distribuidora		
			desvio padrão	preço mínimo	preço máximo				desvio padrão	preço mínimo	preço máximo
Brasília	47	4,819	0,114	4,579	5,189		0,469	4,351	0,067	4,190	4,487

Exportar

Data de Emissão : 06/11/2018

Site melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer

Em caso de dúvidas na utilização do sistema, entre em contato com o

Centro de Relações com o Consumidor da ANP - Telefone 0800 - 970 0267

É autorizada a reprodução total ou parcial dos dados publicados nesta página, mediante menção obrigatória da fonte (endereço eletrônico e data de acesso) de forma clara e visível.

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

[Clique aqui para acessar a série histórica do Levantamento de Preços](#)



Você está em »

Síntese dos Preços Praticados - DISTRITO FEDERAL

RESUMO II - Diesel S10 R\$/l

Período : 2018 - Novembro

DADOS MUNICÍPIO

município	nº de postos pesquisados	preço médio	Preço ao Consumidor				margem média	preço médio	Preço Distribuidora		
			desvio padrão	preço mínimo	preço máximo				desvio padrão	preço mínimo	preço máximo
Brasília	32	3,967	0,109	3,749	4,209	0,306	3,661	0,067	3,533	3,720	

Exportar

Data de Emissão : 06/11/2018

Site melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer

Em caso de dúvidas na utilização do sistema, entre em contato com o

Centro de Relações com o Consumidor da ANP - Telefone 0800 - 970 0267

É autorizada a reprodução total ou parcial dos dados publicados nesta página, mediante menção obrigatória da fonte (endereço eletrônico e data de acesso) de forma clara e visível.

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

[Clique aqui para acessar a série histórica do Levantamento de Preços](#)